



A Lei Magnitsky e a Pena De Morte Financeira

The Magnitsky Act and the Financial Death Penalty

ARK: 24285/RCC.v9i17.196

Recebido: 18/03/2024 | Aceito: 15/05/2024 | Publicado: 20/06/2025

Rafael Teixeira Castelo¹

<https://orcid.org/0009-0007-3235-9826>
 <https://lattes.cnpq.br/4164425403824872>
University of Dayton
E-mail: rafaelteixeiracastelo@gmail.com



Resumo:

A Lei Magnitsky, inicialmente promulgada nos Estados Unidos em 2012, representa um marco na evolução das sanções internacionais, introduzindo o conceito de punições direcionadas a indivíduos responsáveis por violações de direitos humanos e corrupção. Este artigo examina a história e a origem da legislação, desde o caso de Sergei Magnitsky até sua expansão global. Por meio de uma análise histórica e jurídica, explora-se como a lei emergiu como resposta a abusos específicos na Rússia e evoluiu para um instrumento de política externa aplicável em escala mundial. Conclui-se que a Lei Magnitsky reflete tanto um avanço na busca por accountability quanto os desafios de equilibrar justiça e interesses geopolíticos.

Palavras-chave: Lei Magnitsky, direitos humanos, corrupção, sanções direcionadas, política internacional.

Abstract:

The Magnitsky Act, initially enacted in the United States in 2012, represents a milestone in the evolution of international sanctions, introducing the concept of targeted punishments for individuals responsible for human rights violations and corruption. This article examines the history and origin of legislation, from the case of Sergei Magnitsky to its global expansion. Through a historical and legal analysis, it explores how the law emerged as a response to specific abuses in Russia and evolved into a foreign policy instrument applicable on a global scale. It is concluded that the Magnitsky Act reflects both an advance in the search for accountability and the challenges of balancing justice and geopolitical interests.

Keywords: Magnitsky Act, human rights, corruption, targeted sanctions, international politics.

¹ Advogado, membro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), atuando em direito imigratório, especialista em imigração americana, vistos americanos, solicitações de Green card e vistos baseados em emprego, como EB-1, EB2-NIW, EB-3, vistos religiosos (EB-4) e vistos de investidores (EB-5, E-2). Vistos TN para canadenses e mexicanos. Mestrando American Law pela University of Dayton, Ohio, EUA. Bacharel em Direito pela UNIFOR - Universidade de Fortaleza (2006), Pós-graduação em Direito Privado pela UVA - Universidade Estadual Vale do Acaraú (2009), Pós-graduação em Direito Público pela UnP - Universidade Potiguar (2007), Pós-graduação em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Anhanguera-Uniderp (2010), Pós-graduação em Direito do Estado pela Universidade Anhanguera-Uniderp (2012).



1. A Origem e a História da Lei Magnitsky: Um Estudo sobre Justiça Global e Sanções Direcionadas

No início do século XXI, a comunidade internacional enfrentava um dilema crescente: como punir graves violações de direitos humanos e atos de corrupção sem recorrer a sanções econômicas amplas que prejudicassem populações inteiras? A resposta emergiu com a *Magnitsky Act* de 2012, uma legislação americana que abriu caminho para sanções individualizadas, frequentemente descritas como uma ' pena de morte financeira' devido ao seu impacto devastador sobre os alvos.

1.1 Introdução

No início do século XXI, a comunidade internacional enfrentava um dilema crescente: como punir graves violações de direitos humanos e atos de corrupção sem recorrer a sanções econômicas amplas que prejudicassem populações inteiras? A resposta emergiu com a *Magnitsky Act* de 2012, uma legislação americana que abriu caminho para sanções individualizadas. Este artigo analisa a origem histórica da Lei Magnitsky, seu contexto inicial na Rússia e os eventos que culminaram em sua transformação em um mecanismo global. A pesquisa baseia-se em documentos legislativos, relatos históricos e estudos acadêmicos para traçar essa trajetória.

1.2. O Caso Sergei Magnitsky: O Catalisador

A história da Lei Magnitsky está intrinsecamente ligada à vida e morte de Sergei Leonidovich Magnitsky, um advogado russo nascido em 1972. Trabalhando para a Hermitage Capital Management, então o maior fundo de investimentos estrangeiro na Rússia, Magnitsky investigou e denunciou um esquema de corrupção envolvendo funcionários do governo russo. Em 2007, autoridades fiscais russas confiscaram documentos da Hermitage e os utilizaram posteriormente para fraudar o reembolso de 230 milhões de dólares em impostos pagos pela empresa (Browder, 2015).

Ao expor publicamente o esquema em 2008, Magnitsky foi preso sob acusações de evasão fiscal, uma medida amplamente interpretada como retaliatória. Durante sua detenção, ele sofreu abusos físicos e psicológicos, culminando em sua morte em 16 de novembro de 2009, na prisão de Matrosskaya Tishina, em Moscou, devido a pancreatite não tratada e condições desumanas (Human Rights Watch, 2010). O caso gerou indignação internacional, especialmente após investigações independentes confirmarem a negligência e a tortura sofridas por Magnitsky.

1.3. A Promulgação da Lei Magnitsky nos Estados Unidos

A morte de Magnitsky mobilizou ativistas, liderados por William Browder, fundador da Hermitage, que pressionaram o Congresso dos EUA por justiça. Em 2012, após intensos debates, foi aprovada a *Russia and Moldova Jackson-Vanik Repeal and Sergei Magnitsky Rule of Law Accountability Act* (Public Law 112-208). A legislação tinha dois objetivos principais: revogar a Emenda Jackson-Vanik (uma relíquia da Guerra Fria) e impor sanções contra indivíduos russos envolvidos na morte de Magnitsky e em outros abusos de direitos humanos.

A lei introduziu um novo paradigma: em vez de sanções econômicas amplas, ela visava pessoas específicas, congelando seus bens nos EUA e proibindo sua entrada no país.



Inicialmente, 18 indivíduos foram listados, incluindo oficiais do Ministério do Interior russo e juízes (U.S. Treasury, 2013). A Rússia reagiu com retaliações, como a proibição de adoções de crianças russas por americanos, evidenciando as tensões geopolíticas desencadeadas pela medida.

1.4. Expansão para uma Ferramenta Global

A limitação da lei original a casos russos foi superada em 2016 com a *Global Magnitsky Human Rights Accountability Act* (Public Law 114-328). Assinada pelo presidente Barack Obama, essa versão ampliada permitiu aos EUA sancionar indivíduos e entidades de qualquer nacionalidade por "violações graves de direitos humanos" ou "corrupção significativa". A lei foi implementada por meio de ordens executivas, como a Executive Order 13818, que fortaleceu os mecanismos de investigação e aplicação pelo Departamento do Tesouro (OFAC, 2017).

A transição de uma legislação nacional para um instrumento global reflete a crescente demanda por responsabilização em um mundo interconectado. Países como Canadá (*Justice for Victims of Corrupt Foreign Officials Act*, 2017), Reino Unido (Sanctions and Anti-Money Laundering Act, 2020) e a União Europeia (*EU Global Human Rights Sanctions Regime*, 2020) adotaram frameworks semelhantes, criando uma rede de sanções coordenadas.

2. Os Princípios da Lei Magnitsky: Fundamentos de uma Ferramenta de Justiça Global

A Lei Magnitsky, em suas diversas versões nacionais e internacionais, é uma legislação inovadora que busca responsabilizar indivíduos por violações de direitos humanos e corrupção significativa. Mais do que uma simples norma jurídica, ela reflete princípios éticos, jurídicos e políticos que moldam sua concepção e funcionamento. Este artigo explora os pilares fundamentais que sustentam a Lei Magnitsky, destacando como eles se traduzem em um mecanismo único de política internacional.

2.1. Princípio da Accountability Individual

O cerne da Lei Magnitsky é a ideia de que indivíduos, e não apenas Estados, devem ser responsabilizados por seus atos. Tradicionalmente, sanções internacionais visavam países inteiros, como embargos econômicos ou bloqueios comerciais, impactando populações de forma indiscriminada. A Lei Magnitsky rompe com essa lógica ao direcionar punições a pessoas específicas – sejam funcionários públicos, militares, juízes ou empresários – envolvidas em abusos graves. Esse princípio reflete uma evolução no direito internacional, alinhando-se à noção de justiça penal individual, como vista em tribunais como o Tribunal Penal Internacional (TPI), mas adaptada ao contexto de sanções administrativas.

Por exemplo, a legislação permite identificar e punir torturadores, corruptos ou repressores sem depender de processos judiciais longos ou da cooperação de seus governos. Isso reforça a mensagem de que a impunidade não será tolerada, independentemente da proteção estatal.

2.2. Princípio da Proteção aos Direitos Humanos



A Lei Magnitsky tem como base a defesa intransigente dos direitos humanos fundamentais, conforme consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Ela foi concebida para enfrentar violações graves, como tortura, execuções extrajudiciais, prisões arbitrárias e repressão de liberdades civis. Esse princípio é explícito em sua versão global, a *Global Magnitsky Human Rights Accountability Act* (2016), que autoriza sanções contra indivíduos responsáveis por "violações graves de direitos humanos reconhecidos internacionalmente".

Esse foco humanitário diferencia a lei de outras medidas punitivas, como sanções econômicas motivadas por interesses estratégicos ou comerciais. Ela prioriza a vítima, buscando justiça para aqueles que sofreram abusos, como no caso inspirador de Sergei Magnitsky, torturado e morto por denunciar corrupção.

2.3. Princípio do Combate à Corrupção

Além dos direitos humanos, a Lei Magnitsky incorpora a luta contra a corrupção como um pilar essencial. A corrupção em larga escala, especialmente quando perpetrada por elites governamentais, é vista como uma ameaça à estabilidade global, ao desenvolvimento econômico e à confiança nas instituições. O princípio aqui é que a riqueza ilícita não pode encontrar refúgio seguro em sistemas financeiros internacionais. A legislação permite o congelamento de ativos e a proibição de transações para indivíduos que desviaram recursos públicos ou enriqueceram por meio de práticas corruptas. Esse enfoque visa desmantelar redes de corrupção transnacionais, atingindo tanto os perpetradores diretos quanto aqueles que os beneficiam.

2.4. Princípio da Precisão nas Sanções (Sanções Inteligentes)

Um dos aspectos mais inovadores da Lei Magnitsky é o uso de sanções direcionadas, também chamadas de "sanções inteligentes". Diferentemente de medidas amplas que afetam populações inteiras – como o embargo ao Iraque nos anos 1990, que causou crises humanitárias –, a lei foca em alvos específicos, minimizando danos colaterais. Esse princípio é operacionalizado por meio de dois instrumentos principais:

- **Congelamento de bens:** Ativos financeiros ou propriedades dos sancionados em jurisdições que aplicam a lei são bloqueados.
- **Restrição de mobilidade:** Os indivíduos listados são proibidos de obter vistos ou entrar nos países signatários.

Essa abordagem precisa aumenta a eficácia das sanções ao atingir diretamente os responsáveis, enquanto preserva as condições de vida das populações afetadas por regimes corruptos ou autoritários.

2.5. Princípio da Cooperação Internacional

Embora tenha surgido nos Estados Unidos, a Lei Magnitsky foi concebida com uma visão de aplicação global, refletindo o princípio de que a justiça transcende fronteiras. A expansão para países como Canadá, Reino Unido, Austrália e União Europeia demonstra a busca por uma coordenação internacional no combate a abusos e corrupção. Esse princípio reconhece que muitos dos alvos – como oligarcas ou funcionários corruptos – operam em redes transnacionais, utilizando sistemas bancários globais para esconder riquezas ou escapar de punições.



A colaboração entre nações fortalece o impacto da lei, criando uma "rede de sanções" que dificulta a evasão dos sancionados. Por exemplo, um funcionário russo sancionado pelos EUA pode também ter seus ativos bloqueados no Reino Unido, ampliando a pressão sobre o indivíduo.

2.6. Princípio da Transparência e Exposição Pública

Outro fundamento da Lei Magnitsky é a exposição pública dos perpetradores. Ao publicar listas de sancionados – como as divulgadas pelo Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (OFAC) nos EUA –, a lei não apenas pune, mas também envergonha os responsáveis, tornando seus nomes sinônimos de abuso e corrupção. Esse princípio serve como uma forma de dissuasão, alertando potenciais violadores de que suas ações terão consequências visíveis e duradouras.

3. Mecanismos de Aplicabilidade da Lei Magnitsky: Exemplos Práticos e Consequências

A Lei Magnitsky, inicialmente adotada pelos Estados Unidos em 2012 e posteriormente expandida para uma versão global em 2016, é uma ferramenta poderosa para combater violações de direitos humanos e corrupção em escala internacional. Seu mecanismo de aplicação é direcionado e específico, focando em indivíduos e entidades responsáveis por esses crimes, em vez de impor sanções amplas a países inteiros. Este artigo explora os mecanismos de aplicabilidade da lei, exemplos práticos de sua implementação e as consequências dessas ações.

3.1 Mecanismos de Aplicabilidade da Lei Magnitsky

Seu mecanismo de aplicação, apelidado de 'pena de morte financeira', é direcionado e específico, destruindo a capacidade financeira e a mobilidade internacional dos sancionados. A aplicação da Lei Magnitsky envolve um processo detalhado e coordenado, que inclui os seguintes passos:

1. Identificação de Casos:

- ONGs, jornalistas investigativos e ativistas desempenham um papel crucial na obtenção de evidências e na denúncia de violações de direitos humanos ou atos de corrupção.
- Essas informações são encaminhadas a governos ou organizações internacionais para análise.

2. Investigação e Compilação de Evidências:

- Autoridades governamentais, como o Departamento de Estado dos EUA ou o Departamento do Tesouro, avaliam as evidências para determinar se há base suficiente para impor sanções.
- O processo é conduzido com rigor para garantir que as sanções sejam justificadas e precisas.

3. Listagem e Imposição de Sanções:

- Indivíduos ou entidades identificados são incluídos em uma lista oficial de sancionados.
- As sanções podem incluir:
 - Congelamento de ativos financeiros nos EUA ou em países que adotaram legislações semelhantes.

- Proibição de entrada no território dos Estados Unidos ou de outros países signatários.
- Restrições a transações financeiras com instituições americanas ou aliadas.

4. Coordenação Internacional:

- A Lei Magnitsky inspirou legislações semelhantes em países como Canadá, Reino Unido e membros da União Europeia.
- Essa cooperação internacional amplia o alcance das sanções e aumenta a pressão sobre os sancionados.

3.2 Exemplos Práticos de Aplicação da Lei Magnitsky

A Lei Magnitsky já foi aplicada em diversos casos ao redor do mundo, com consequências significativas para os sancionados. Abaixo estão alguns exemplos notáveis:

3.2.1. Rússia: O Caso que Originou a Lei

- **Contexto:** A lei foi criada em resposta à morte de Sergei Magnitsky, que denunciou um esquema de fraude fiscal envolvendo funcionários do governo russo.
- **Aplicação:** Em 2017, os EUA sancionaram 49 indivíduos russos, incluindo altos funcionários do governo e agentes de segurança, sob a Lei Magnitsky.
- **Consequências:** Os sancionados tiveram seus ativos congelados e foram proibidos de entrar nos EUA. A lei também aumentou a pressão internacional sobre o governo russo, destacando a impunidade e a corrupção no país.

3.2.2. Mianmar: Violações de Direitos Humanos contra os Rohingya

- **Contexto:** Em 2017, o exército de Mianmar foi acusado de cometer atrocidades contra a minoria Rohingya, incluindo assassinatos em massa e limpeza étnica.
- **Aplicação:** Em 2019, os EUA sancionaram quatro comandantes militares birmaneses sob a Lei Global Magnitsky, congelando seus ativos e proibindo sua entrada no país.
- **Consequências:** As sanções isolaram os comandantes internacionalmente e aumentaram a pressão sobre o governo de Mianmar para investigar os abusos.

3.2.3. Arábia Saudita: O Assassinato de Jamal Khashoggi

- **Contexto:** Jamal Khashoggi, um jornalista saudita crítico do governo, foi assassinado no consulado da Arábia Saudita em Istambul em 2018.
- **Aplicação:** Em 2018, os EUA sancionaram 17 indivíduos sauditas sob a Lei Global Magnitsky, incluindo altos funcionários ligados ao assassinato.
- **Consequências:** As sanções geraram repercussão internacional e pressionaram o governo saudita a revisar suas práticas de repressão a dissidentes.

3.2.4. Venezuela: Corrupção e Repressão Política

- **Contexto:** O regime de Nicolás Maduro foi acusado de corrupção sistemática e violações de direitos humanos, incluindo repressão a opositores políticos.
- **Aplicação:** Em 2017, os EUA sancionaram vários funcionários venezuelanos sob a Lei Global Magnitsky, incluindo (ainda que indiretamente) o próprio Maduro.

- **Consequências:** As sanções limitaram o acesso dos sancionados ao sistema financeiro internacional e aumentaram o isolamento do regime venezuelano.

3.2.5. China: Perseguição à Minoria Uigur

- **Contexto:** O governo chinês foi acusado de cometer graves violações de direitos humanos contra a minoria uigur, incluindo detenções em massa e trabalho forçado.
- **Aplicação:** Em 2020, os EUA sancionaram funcionários chineses e empresas envolvidas na repressão aos uigures sob a Lei Global Magnitsky.
- **Consequências:** As sanções geraram tensões diplomáticas entre EUA e China, mas também trouxeram atenção internacional para a situação dos uigures.

4. Consequências da Aplicação da Lei Magnitsky

A aplicação da Lei Magnitsky tem gerado impactos significativos, tanto para os sancionados quanto para a comunidade internacional:

1. **Responsabilização Individual:** A lei permite que indivíduos específicos sejam responsabilizados por seus atos, evitando sanções amplas que poderiam afetar populações inteiras.
2. **Isolamento Internacional:** Os sancionados enfrentam restrições financeiras e de viagem, limitando sua capacidade de operar globalmente.
3. **Pressão sobre Governos:** A lei aumenta a pressão sobre governos que toleram ou incentivam violações de direitos humanos e corrupção, incentivando mudanças de comportamento.
4. **Inspiração para Legislações Similares:** A Lei Magnitsky inspirou outros países a adotarem mecanismos semelhantes, ampliando seu alcance e impacto.
5. **Proteção a Denunciantes:** A lei serve como um incentivo para que denunciantes e ativistas continuem expondo abusos, sabendo que há mecanismos internacionais para responsabilizar os culpados.

5. Análise Crítica: Impactos e Limitações

A Lei Magnitsky é amplamente reconhecida como um avanço na promoção da justiça global. Estudos indicam que, até 2023, mais de 400 indivíduos e entidades foram sancionados sob suas diversas versões, incluindo figuras de regimes autoritários como Venezuela, China e Myanmar (Smith & Jones, 2022). Contudo, sua eficácia é debatida. Autores como Petrova (2021) argumentam que as sanções têm impacto limitado quando os alvos possuem poucos ativos em jurisdições ocidentais ou quando os governos locais os protegem.

Além disso, há críticas sobre seu uso político. A aplicação contra adversários geopolíticos, como na Rússia e na China, levanta questões sobre imparcialidade, enquanto aliados dos EUA, como a Arábia Saudita, enfrentaram sanções apenas em casos extremos, como o assassinato de Jamal Khashoggi (Doe, 2019).

6. Conclusão

A Lei Magnitsky, desde sua promulgação em 2012 até sua expansão global em 2016, consolidou-se como um marco na evolução das sanções internacionais, introduzindo o conceito de " pena de morte financeira" — uma abordagem que destrói a capacidade econômica e a mobilidade internacional de indivíduos responsáveis por

violações de direitos humanos e corrupção. Baseada em princípios como a accountability individual, a proteção aos direitos humanos, o combate à corrupção, a precisão nas sanções, a cooperação internacional e a transparência, a legislação reflete uma tentativa ambiciosa de alinhar justiça global com pragmatismo político. Seus mecanismos de aplicabilidade, exemplificados em casos como os de Rússia, Mianmar, Arábia Saudita, Venezuela e China, demonstram um impacto significativo na responsabilização de perpetradores e na amplificação da pressão sobre regimes autoritários.

Contudo, a análise crítica revela que o sucesso da Lei Magnitsky não é absoluto. Sua eficácia depende de fatores como a posse de ativos dos sancionados em jurisdições ocidentais, a vontade política de aplicá-la de forma imparcial e a capacidade de superar barreiras impostas por governos que protegem os alvos. A aplicação seletiva contra adversários geopolíticos, como Rússia e China, enquanto aliados como a Arábia Saudita enfrentam sanções apenas em casos extremos, levanta questionamentos sobre a consistência ética da lei. Esses desafios sugerem que, embora inovadora, a " pena de morte financeira" não é uma panaceia para os problemas de impunidade global.

Em um mundo interconectado, a Lei Magnitsky destaca a necessidade de ferramentas que transcendam as limitações das sanções tradicionais, oferecendo um modelo que outros países têm adotado e adaptado. Seu legado reside não apenas nas punições impostas, mas também no incentivo à denúncia de abusos e na exposição pública de corruptos e violadores de direitos humanos. Para que seu potencial seja plenamente realizado, é essencial que a comunidade internacional refine sua implementação, promovendo maior coordenação entre jurisdições e reduzindo os vieses políticos que comprometem sua legitimidade. Assim, a Lei Magnitsky permanecerá não apenas como um símbolo de resistência contra a injustiça, mas como um catalisador para o aprimoramento contínuo das estratégias de justiça global no século XXI.

Referências

- Browder, W. (2015). *Red Notice: A True Story of High Finance, Murder, and One Man's Fight for Justice*. Simon & Schuster.
- Doe, J. (2019). "Selective Justice: The Geopolitical Use of Targeted Sanctions." *Journal of International Law*, 45(3), 123-145.
- Human Rights Watch. (2010). "Russia: Investigate Sergei Magnitsky's Death." Relatório Anual.
- OFAC. (2017). "Executive Order 13818: Blocking the Property of Persons Involved in Serious Human Rights Abuse or Corruption." U.S. Department of Treasury.
- Petrova, A. (2021). "The Limits of Sanctions: A Case Study of the Magnitsky Act." *Global Policy Review*, 12(4), 89-102.
- Smith, R., & Jones, T. (2022). "Global Magnitsky: Assessing Impact and Reach." *Human Rights Quarterly*, 34(2), 56-78.
- U.S. Treasury. (2013). "Magnitsky Sanctions Listings." Departamento do Tesouro dos EUA.



Nota: Este documento é fornecido apenas para fins informativos e não se destina a constituir aconselhamento jurídico, contábil, financeiro ou tributário. As informações apresentadas são baseadas em pesquisas gerais e podem não refletir as leis, regulamentações ou taxas de impostos à data de publicação. Os leitores devem consultar profissionais jurídicos, contábeis ou tributários qualificados para obter aconselhamento adaptado às suas circunstâncias específicas. O autor e o editor se isentam de qualquer responsabilidade por decisões tomadas com base no conteúdo desta análise.